

Uma crise desigual: o que se passou e o que se pode fazer

A OCDE há muito que vem alertando sobre o aumento das diferenças entre ricos e pobres, especialmente durante a crise. Os sucessivos estudos publicados pela OCDE desde 2008 permitem tirar algumas conclusões sobre os fatores que estão na base desta maior desigualdade, assim como sobre os seus possíveis remédios.

Na maioria dos países da OCDE, o fosso entre ricos e pobres aumentou até ao nível mais alto dos últimos 30 anos. Hoje, os rendimentos dos 10 % da população mais rica da OCDE são 9,6 vezes superiores aos dos 10 % mais pobres, sendo nos anos 80, 7 vezes maiores. Nos anos 90, essa relação era de 8 para 1. E, na década passada, de 9 para 1.

As diferenças são todavia maiores em termos de riqueza (património): na OCDE, 10 % das famílias mais ricas possuem 50 % da riqueza, enquanto 40 % das mais pobres pouco mais do que 3 %.

Estes dados estão recolhidos num novo parecer da OCDE, intitulado [“In It Together: Why Less Inequality Benefits All”](#). Os autores sublinham que a distância entre ricos e pobres não é só um problema dos segundos: além de deteriorar a coesão social, a crescente desigualdade acaba por prejudicar o crescimento económico a longo prazo.

Esta conclusão, que não é pacífica na literatura económica, é uma das ideias-chave que a OCDE repete desde o início da crise. O parecer “Groninga Une-qual?”, de 2008, já identificava o retrocesso da participação dos salários no PIB como um dos fatores que estão a agravar a distância entre ricos e pobres (cfr. [“Aceprensa”, 22.11.2008](#)).

Mas o problema teve origem muito antes. Num parecer de 2011, “Divided We Stand: Why Inequality Keeps Rising”, a própria OCDE assinalava que o aumento da desigualdade “teve lugar quando os países estavam a experimentar um período de crescimento económico estável, antes da grande recessão”.

Concretamente, nas duas décadas anteriores ao começo da crise, o rendimento disponível das famílias na zona da OCDE

cresceu a uma média de 1,7 % ao ano. No entanto, na maioria dos países, o rendimento das 10 % mais ricas cresceu mais depressa do que o das 10 % mais pobres, acentuando assim a desigualdade (cfr. [“Aceprensa”, 21.12.2011](#)).

Como se vê, maior desigualdade não equivale sempre a mais pobreza: os dados correspondentes ao período 1985-2005 mostram que o tamanho do bolo pode aumentar – as economias crescem e aumenta a riqueza média, também a dos mais desfavorecidos – ainda que a repartição seja desigual.

Mas é inegável que, nos países mais atingidos pela crise, a desigualdade e a pobreza se têm acentuado principalmente entre 2007 e 2010. Em Espanha, os 10 % mais pobres perderam cerca de 13 % dos seus rendimentos, enquanto que os 10 % mais ricos só perderam cerca de 1,5 %. E a população abaixo do nível de pobreza está nos 18 %, quase o dobro de antes da crise. Na média da OCDE passou de 1 % a 9,4 %.

O parecer de 2015 estima que as desigualdades de rendimentos registadas no conjunto da OCDE entre 1985 e 2005 se traduziram numa perda acumulada de 4,5 pontos de crescimento da economia entre 1980 e 2010.

Mas não há indícios de que esta perda se deva à ganância dos 10 % mais ricos. Daí parecer advertir, em sintonia com um documento de trabalho publicado em 2014 (cfr. [“Aceprensa”, 7.1.2015](#)), que “o principal fator é o crescente fosso entre as famílias com menos rendimentos – as 40 % mais pobres – e o resto da população”.

O que aconteceu para que esses 40 % da população se tenham deixado ficar para trás? Ainda que com matizes diferentes segundo os países, os pareceres da OCDE procuraram identificar quais são os problemas comuns.

A disparidade salarial está relacionada com vários fatores. Além do retrocesso da participação dos salários no PIB em face dos rendimentos empresariais, a OCDE chama a atenção para o progresso tecnológico, que premeia os trabalhadores mais qualificados (cfr. [“Aceprensa”, 21.12.2011](#)).

Outra tendência que acentua a desigualdade de rendimentos passa pelas mudanças no mercado laboral: no conjunto dos trabalhadores, os empregados com trabalho temporário ou a tempo parcial e os autónomos representam já um terço do total

dos empregos da OCDE, diz o parecer deste ano. Desde meados dos anos 90, mais de metade dos empregos criados entram dentro desta categoria que a OCDE apelida de “não padrão”.

Os mais afetados por esta tendência são os jovens: 40 % deles estão ocupados num emprego “não padrão”, e cerca de metade dos trabalhadores temporários têm menos de 30 anos. Se a isto se acrescentar o elevado desemprego juvenil de alguns países, percebe-se que os jovens tenham substituído as pessoas mais velhas no perfil do “pobre” na OCDE.

Para elevar a pobreza também contribuíram as mudanças na estrutura familiar. Desde o seu parecer de 2008, que a OCDE deixa claro que o aumento dos lares unipessoais e das famílias monoparentais pressupõem mais pessoas com menos rendimentos (cfr. [“Aceprensa”, 22.11.2008](#)).

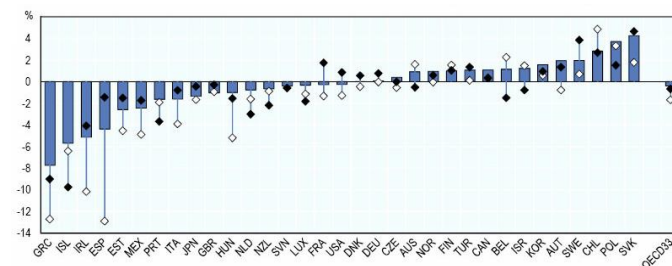
As diferenças salariais entre homens e mulheres constituem assunto a que o parecer deste ano concede muita importância. A incorporação de mais mulheres no mercado de trabalho ajudou a conter o aumento da desigualdade, ainda que ganhem cerca de 15 % menos do que os homens.

Mas não é fácil conciliar o pedido de “mais emprego de qualidade” com a realidade de que o trabalho a tempo parcial – menos horas e menos pagamento – tem servido para conter o desemprego durante a crise (cfr. [“Aceprensa”, 22.7.2009](#)). Também favoreceu a incorporação no mercado de trabalho de grupos tradicionalmente menos representados, como as mulheres casadas (cfr. [“Aceprensa”, 21.12.2011](#)).

Outro fator que aumentou a desigualdade é a diminuição da redistribuição. Nos primeiros anos da crise, os subsídios de desemprego e outras medidas retributivas conseguiram colmatar a diminuição dos rendimentos. Mas depois, apesar de se manter elevado o desemprego, os governos da OCDE optaram por se centrar na diminuição do défice público com cortes que afetaram os subsídios de desemprego, a educação e os investimentos.

Identificar os problemas principais serve para saber o que há que fazer com mais urgência. Em coerência com o seu diagnóstico, a OCDE propõe centrar-se nas seguintes medidas: criar emprego de qualidade; investir em políticas educativas que dotem os jovens das competências que o mercado de trabalho exige; promover a igualdade salarial entre sexos; melhorar a redistribuição através dos impostos e das transferências sociais. Mas como fazê-lo é já entrar em terreno mais escarpado.

Mudanças no rendimento disponível dos lares por grupos de rendimento (2007-2011)



Fonte: OCDE.

- O gráfico mostra a diferença anual no rendimento disponível para os grupos de rendimento baixo, médio e 10 % mais alto, entre 2007 e 2011. Os grupos de rendimento baixo perderam uma maior percentagem das suas receitas que os outros grupos de rendimento. Dos 33 países sobre os quais há dados, os 10 % mais pobres perderam mais que os 10 % mais ricos em 21 países e mais que o grupo de rendimento intermédio em 27 países.

- Na Grécia, Espanha, Irlanda, Islândia, Hungria, México e Estónia, a renda dos 10 % mais pobres caiu cerca de 5 % ou mais por ano.

J. M.

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

Pio XII e a experiência do genocídio arménio

O facto de Pio XII não ter denunciado publicamente o genocídio nazi contra os judeus, sustentou a acusação de que se mostrou indiferente. Mas, além da proteção que ofereceu aos judeus em Roma, na sua atitude também influiu a sua experiência sobre o genocídio contra os arménios na Turquia, entre 1915 e 1916, quando o apelo aberto da Santa Sé ao sultão não conseguiu fazer deter o massacre de mais de 1 500 000 de pessoas.

O historiador Michael Hesemann é o representante alemão na Fundação Pave the Way, que promove o diálogo inter-religioso. Hesemann, que teve acesso aos Arquivos Secretos do Vaticano e examinou documentos relacionados com o genocídio arménio, explicou em declarações à agência “Zenit” (“What Pius XII learned from the armenian genocide”,

13.11.2014) os paralelismos entre o genocídio armênio e o Holocausto, e a experiência da Santa Sé para tentar detê-los.

“Obcecados por uma visão racista e nacionalista, os Jovens Turcos, um movimento político que chegou ao poder pouco antes da I Guerra Mundial, tentaram transformar o multinacional e multirreligioso império otomano numa homogênea ‘comunidade do povo’, [mas] como as características raciais são difíceis de determinar na mista população turca, a religião foi o indicador do ‘verdadeiro ser turco’: um ‘verdadeiro turco’ tinha de ser muçulmano sunita. Unicamente essa ‘pureza’ – acreditava – salvaria a Turquia dos ‘micróbios internos’ e ‘parasitas’”.

Os “micróbios” e “parasitas” eram, segundo estes fanáticos, as minorias cristãs: armênios, gregos e síriacos, que já em abril de 1915 começaram a sofrer prisões e deportações para o interior do país, e que foram exterminados na sua grande maioria. Quase toda a população armênia (de 2,1 milhões de pessoas antes do começo da guerra) foi deportada, em marchas onde muitos morriam de fome, doenças ou esgotamento, enquanto que os sobreviventes eram internados em campos de concentração.

“Em junho de 1915, o delegado apostólico em Constantinopla, Mons. Angelo Dolci, tomou conhecimento de ‘rumores de massacres’, conforme escreveu num telegrama à Santa Sé. Uma semana depois, recebeu confirmação de que estava a ocorrer uma ‘perseguição’ com o objetivo de ‘eliminar a presença dos cristãos armênios em toda a província’”. Vários católicos, incluindo o bispo de Mardin, Ignatius Maloyan, também morreram em meados desse mês na repressão desencadeada pelas autoridades.

“Assim que soube dos pormenores do massacre, Mons. Dolci enviou uma carta de protesto ao Grão-vizir, o ‘primeiro-ministro’, solicitando-lhe a suspensão imediata daquelas deportações, pelo menos para os católicos armênios, mas não recebeu resposta”.

Explica Hesemann que o papa Bento XV escreveu uma carta ao sultão Mehmed V, apelando à sua “generosidade”, ao mesmo tempo que mobilizou o pessoal diplomático do Vaticano na Áustria e na Alemanha para promover em ambos os países a iniciativa papal e conseguir que estes exercessem pressão sobre a Turquia. Os jornais de todo o mundo relataram amplamente a ação da Santa Sé. Em Constantinopla, Mons. Dolci fez incontáveis esforços para poder entregar a missiva ao sultão, que só o recebeu um mês e meio depois, e noutro mês mais tarde lhe fez chegar a resposta, na qual justificava as deportações por uma suposta “conspiração armênia”.

Em 1918, quando as tropas russas se retiraram do nordeste turco, foram desencadeadas novas matanças contra os armênios sobreviventes. O Papa enviou nova carta ao sultão, sem qualquer sucesso. No final, a feroz campanha promovida pelos Jovens Turcos deixou como saldo a eliminação de 87 % dos armênios católicos e de 75 % dos armênios ortodoxos. Com tão deploráveis notícias, diz Hesemann, o Pontífice

“aprendeu que os protestos públicos não só não funcionavam, como eram contraproducentes”.

O futuro Pio XII tinha vivido muito de perto todas as tentativas infrutuosas para deter o genocídio armênio, pois em 1917 havia sido nomeado núncio apostólico na Baviera. Anos depois, durante a Segunda Guerra Mundial, teria atuado de acordo com esta experiência.

O Papa Eugenio Pacelli, que como núncio em Munique tinha testemunhado a ascensão do nacional-socialismo e o havia descrito, em carta para Roma, como “a maior heresia dos nossos tempos”, sabia do que Hitler podia ser capaz. O Papa, segundo se soube de uma conversa tida com o cônsul norte-americano em Colónia, “via Hitler não só como um canalha no qual não se podia confiar, como igualmente uma pessoa fundamentalmente perversa, incapaz de moderação”.

“Ele sabia”, refere Hesemann, “que um protesto aberto, que não tinha funcionado em 1915, não funcionaria em 1942, quando estava a lutar contra um líder ainda mais trapaceiro, sem escrúpulos e malvado. Estava consciente de que uma denúncia não ajudaria os judeus em nada, e que só levaria a que Hitler se virasse contra a Igreja e destruísse a única infraestrutura capaz de ajudar e salvar numerosos judeus”.

(Fonte: “Zenit”)

“La familia. El genoma de la sociedad”

“La famiglia. Il genoma che fa vivere la società”

Autor: Pierpaolo Donati

Rialp. Madrid (2014).

288 págs.

Tradução (castelhano):

José Ramón Pérez Arangüena.

O sociólogo italiano Pierpaolo Donati, professor na Universidade de Bolonha e ex-presidente da Associação Italiana de Sociologia, dedica-se há vários anos ao estudo da família “desde dentro”. Com esta abordagem, consegue diferenciar-se dos que se limitam a interpretar o fenómeno familiar como uma realidade influenciada por mudanças

externas. É interessam-te investigar as funções que adquire ou perde a família consoante o contexto em que vive, mas antes há que ter claro o que é e significa criar uma família.

Donati entende a família como uma relação social cuja identidade se baseia em quatro dimensões ligadas entre si: a doação, a reciprocidade, a sexualidade e o desejo de transmitir a vida. A esta estrutura relacional, que confere à família uma identidade social própria, Donati chama “o genoma da família”.

A estrutura casal estável de homem-mulher e aberta à vida inscreve-se no genoma familiar. Se este genoma é alterado ao ponto de perder o seu dom natural, diz Donati, geram-se outras formas sociais que já não são família. A questão é importante, porque é a família com o seu genoma próprio, e não qualquer forma de convivência, o que humaniza e faz felizes as pessoas e a sociedade.

O enfoque relacional proposto por Donati permite compreender que “a família leva dentro de si um paradigma ético básico para a sociedade”. Daí acrescentar que a família é “o genoma da sociedade”, visto ter uma dinâmica própria de doação e pertença recíproca entre os sexos e as gerações, não proporcionadas nem pelo Estado nem pelo mercado.

Donati recorre a uma linguagem e a um sistema de conceitos próprios. Isto mostra até que ponto está decidido a fazer uma abordagem original à sociologia da família. O inconveniente é que dificulta a compreensão do texto para os não iniciados. O leitor não encontrará neste livro uma apologia fácil da família baseada em argumentos filosóficos nem morais.

J. M.

(com autorização de www.aceprensa.pt).

